



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO XIV

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE OUTUBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

Proposta de Emenda à Constituição:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1º - Fica criado o inciso XXXVI do artigo 54 da Constituição do Estado passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

I - ...

XXXVI - emitir, com base nas informações prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado, Certidão Negativa aos Municípios.”

Art. 2º - Fica criado o parágrafo 6º do artigo 75 da Constituição do Estado, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 75 - O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

§ 1º - ...

§ 6º - A emissão de Certidão Negativa aos Municípios se dará conforme dispõe o artigo 54 inciso XXXVI desta Constituição.”

Sala das Sessões, em 06.11.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

Apoio:

Renato Gaúcho, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Dobrandino da Silva, Carlos Simões, José Maria Ferreira, Barbosa Neto, Francisco Bühner, Ademar Traiano, Reni Pereira, Antonio Anibelli, Ailton Araújo, Plauto Miró Guimarães, Fernando Ribas Carli, Nelson Garcia, Ademir Bier e Valdir Rossoni.

JUSTIFICATIVA:

Cabe à Assembléia Legislativa a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, diante do que tal controle se dá com o

auxílio do Tribunal de Contas do Estado. No entanto, percebe-se que o que ocorre é uma atuação um tanto ineficaz desta Casa de Leis no referido controle esboçado no artigo 74 e seguintes da Constituição do Estado, permanecendo mais a cargo do Tribunal de Contas a efetiva atuação no referido controle. Salienta-se que se busca, com a proposta em tela, deixar claro a forma de controle realizado pela Assembléia Legislativa, e para tanto, restringindo a emissão das Certidões Negativas aos Municípios a esta Casa de Leis.

Visando dar total transparência aos trabalhos do tribunal de Contas, bem como resguardar a imagem construída ao longo dos anos a tal Órgão, e ainda, buscando dar amplo atendimento aos princípios da moralidade calcado na moral jurídica, não desprezando jamais o elemento ético da conduta administrativa, não tendo que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto, estando-se sempre atento à moral administrativa que é imposta ao agente público para sua conduta interna segundo as exigências da instituição a que serve e a finalidade de sua ação; o bem comum, diante do que propõe-se a criação dos incisos em análise, a fim ainda, de deixar claro o caráter impessoal do Tribunal de Contas que está para a Assembléia Legislativa como um apoio e que deverá fornecer as informações pertinentes para a legítima emissão da Certidão Negativa aos Municípios, pois o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressamente de forma impessoal. Este princípio da impessoalidade deve excluir a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos sobre suas realizações administrativas, tendo-se como finalidade sempre um objetivo certo e inafastável de qualquer ato administrativo: o interesse público.

Diante das considerações esboçadas é que se busca a aprovação dos demais membros desta Casa de Leis, da Proposta de Emenda à Constituição em comento.